Entrevista

CONCEDIDA A REGIS ALIMANDRO

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

"Exportar impostos não é nada inteligente"

O presidente da Garcafé, Manoel Vicente Bertone, é candidato a deputado federal e acha que a agricultura tem a obrigação de representar bem a sociedade brasileira no Congresso Nacional.

Manoel Vicente Bertone, 43, administrador de empresas pela FGV de São Paulo, pertence a uma família de cafeicultores da região de Garça. Há mais de 10 anos, Bertone milita na política do café e do cooperativismo. Atualmente é presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça (Garcafé). Já foi presidente do Conselho Nacional do Café (CNC) e hoje é vice. É também membro titular do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Ponderado, de fala mansa e opiniões firmes, sempre disposto a debater idéias com marcante honestidade intelectual, Bertone é o típico dirigente moderno. No ano passado, as cooperativas de café de São Paulo lançaram seu nome para disputar uma vaga de deputado federal, pelo PSDB. Bertone reúne todas as condições de tentar esse vôo mais alto e fala aqui de algumas de suas propostas.



Bertone: o mercado leva vantagem com a isenção do ICMS.

▪ *Como está o Recoop?*

— Caminhando dentro do cronograma planejado. As cooperativas entregaram as informações básicas nas OCEs e esses pré-projetos estão sendo analisados em três níveis: a Organização das Cooperativas do estado faz uma primeira análise, a OCB faz uma segunda e depois o comitê técnico do programa faz uma terceira no Ministério da Fazenda. Só as cooperativas que realmente se enquadram nas exigências do programa, apresentando projetos de reestruturação operacional, societária, profissionalização e viabilidade econômica podem participar. É bem verdade que algumas sentem dificuldade em cumprir algumas exigências. Mas tenho certeza de que falta apenas agilizar o processo. Há vontade política, que é o mais importante.

▪ *Que exigências?*

— Além desses projetos demonstrando a viabilidade econômica do empreendimento, são necessárias modificações estatutárias que aumentem a participação dos cooperados nas decisões e os responsabilizem sobre os resultados da empresa. As decisões das assembléias deverão ser aprovadas por 50% dos cooperados mais um, o que pode fazer sentido, mas é muito difícil de se obter na realidade. Deve ser prevista ainda no estatuto uma capitalização obrigatória de 1% sobre a produção entregue na cooperativa. As cooperativas que se mostrarem inviáveis vão ser incentivadas a se fundir com outras mais fortes, assim como também vai ser incentivada a parceria com empresas privadas.

▪ *Essas exigências são exeqüíveis?*

— É difícil cumpri-las efetivamente, sem subterfúgios, mas não impossível. A exigência de aprovação de 50% dos cooperados mais um em assembléia é muito difícil, ainda que por delegação. Hoje, quando a competitividade é fundamental, a taxa de capitalização pode afastar cooperados, em vez de aproximá-los como é o objetivo do programa. Essas duas modificações estatutárias exigem mais que uma simples reunião. Exigem uma mudança de comportamento que nem todas estão aptas a realizar. O espírito do programa está correto, só não sei se o *timing* é adequado à urgência da situação.

▪ *E o programa que permite prorrogar dívidas agrícolas acima dos limites da securitização?*

— É outra iniciativa absolutamente necessária ao setor, o que demonstra bem o estado em que foram deixados nossos agricultores. De qualquer forma, é uma sinalização de que o governo federal está mais atento à solução dos problemas criados na agricultura.

▪ *Os bancos estão aceitando as regras de prorrogação?*

— Alguns aceitam, outros não, exatamente como aconteceu com a securitização. No entanto quem procurar a Justiça acabará tendo ganho de causa. É uma situação que provoca desgaste para ambos os lados e que poderia ter sido evitada.

▪ *Desde a implantação do Real, a cesta básica subiu de R$106,00 para R$120,00 diante a uma variação do IGP de cerca de 50%. Isso significa um represamento das margens comerciais da agricultura e de toda a cadeia produtiva. Isso também explica a concentração em curso entre as grandes empresas do agribusiness?*

— Em parte sim. Temos que lembrar também que o estreitamento das margens é normal em economias mais estáveis. O processo de concentração é um fenômeno mundial, característico desses novos tempos, da tão falada globalização. Está acontecendo também nos países desenvolvidos, acho até que de maneira mais forte do que ocorre no Brasil. É portanto uma tendência à qual os agentes econômicos em geral têm que se adaptar.

▪ *O Brasil precisa mesmo importar 10% de sua pauta de alimentos?*

— É um absurdo que isso aconteça num país que tem notória vocação agrícola. Se não tivéssemos ainda seria compreensível, mas temos essa vocação, tecnologia, terras, enfim, enormes condições de aumentar muito a produção. Só não o fazemos porque falta política para isso. Falta apoio. Nos últimos 10 anos fomos muito imediatistas na formulação da política econômica interna e negligenciamos a agricultura como geradora de renda e de emprego. Preferimos transferir esses empregos para outros países que, mais conscientes da importância da segurança alimentar, apóiam sua agricultura. Transferimos renda dos setores produtivos para o setor financeiro e o país não ganhou nada com isso. Perdemos empregos no campo e nas cidades. O reflexo na indústria foi enorme. E estamos importando alimentos, pagando com divisas que nos custam caro. Alcançaríamos melhor equilíbrio em nossa balança comercial se, além de contarmos com a pujança de nossa agricultura exportadora, não tivéssemos de importar alimentos que podem ser produzidos aqui.

▪ *De outro lado, o saldo da balança comercial agrícola saltou de US$12,6 bilhões em 96 para US$15,1 bilhões no ano passado. Significa que o câmbio efetivo da agricultura lhe é favorável?*

— Temos que considerar o momento específico dos itens que geraram essa receita. Café e soja, por exemplo, passam por um momento especial, de cotações muito acima da média. Acho que a política de câmbio não nos é favorável, o que se evidencia pelo forte aumento dos custos de produção em dólares, prejudicando nossa competitividade. O governo procurou compensar esse problema com a isenção de ICMS na exportação de produtos agrícolas, a Lei Kandir...

▪ *Quem se apropriou dessa renda produzida pela isenção de ICMS na exportação dos produtos agrícolas?*

— O mercado luta todo dia pela apropriação desse valor, levando vantagem quem está em posição mais favorável no momento. No caso do café e da soja, produtos que se encontram com preços elevados por causa da escassez, o produtor levou vantagem nesses primeiros momentos. Mas isso não vai ser sempre assim. O importante é que o Brasil passou a ser mais competitivo, com benefícios para nossa participação no mercado internacional. Ainda que não fosse o produtor a se apropriar desse valor, essa medida teria que ser saudada por todos nós. Maior competitividade internacional significa melhor participação de mercado, melhor atendimento a nossos clientes, geração de mais empregos aqui, em nosso próprio país. No caso de produtos agrícolas essa geração de empregos é ainda mais importante, pois absorve mão-de-obra pouco qualificada, que teria grande dificuldade em se deslocar para outras funções econômicas e engrossaria ainda mais o contingente de marginalizados que se acumulam em torno dos grandes centros, sem qualquer condição de sobreviver com dignidade. Exportar impostos não é nada inteligente.

Nos últimos 10 anos *negligenciamos a agricultura como geradora de renda e de emprego. Preferimos transferir esses empregos para outros países que, mais conscientes da importância da segurança alimentar, apóiam sua agricultura.*

▪ *O contrato temporário de trabalho é aplicável na agricultura?*

— Sim, é aplicável e tão importante quanto nos meios urbanos. A maior flexibilização da contratação de funcionários indiscutivelmente é fator gerador de emprego.

▪ *E a reforma agrária? É hora de botar água na fogueira, não?*

— Realmente a reforma agrária está precisando de maior equilíbrio na discussão. É evidente que o objetivo do MST não é só tornar produtivas terras consideradas improdutivas, nem só dar emprego a desempregados. Ninguém é suficientemente inocente para acreditar nisso. Tenho certeza de que a invasão de terras e de imóveis públicos não tem a aprovação da sociedade brasileira. A reforma agrária é hoje considerada importante por todos nós, que estamos imbuídos da necessidade de se acabar com a miséria. Mas a questão está mal colocada para a sociedade. O problema hoje é mais político. O problema dos sem-terra é mais o dos sem-emprego e não acho que o emprego gerado pela reforma agrária nos moldes propostos pelo MST seja viável. Prega-se o puro assistencialismo na terra, em condições de produção absolutamente ineficientes nos dias de hoje, onde a miséria continua a existir. O movimento tem portanto uma conotação puramente política, e hoje a população já percebe isso. Todos queremos uma reforma agrária fundamentada em uma política agrícola mais consistente, que gere empregos em condições de produção competitiva e que atenda e dê suporte

principalmente ao pequeno produtor para que ele não se torne sem-terra. O MST ataca mais a questão da propriedade da terra, para ocupar, tomar, invadir, seja qual for o termo a ser usado, mas sempre ao arrepio da lei, como que para punir o proprietário. Se a sociedade brasileira chegar a um consenso de que se deve distribuir terra, temos que providenciar recursos orçamentários para comprá-las na medida das necessidades, o que quer dizer aumentar impostos ou redirecionar investimentos, e fazê-lo de forma organizada, para não desestruturar a produção no campo, como já está acontecendo. Hoje as invasões estão levando à morte de inocentes, causando pânico nas regiões escolhidas pelo movimento, acabando com o valor das propriedades e com a capacidade de investimento e a vontade de trabalhar do agricultor. Temos que reverter esse processo sem causar maiores dramas, sem cometer os erros que o MST quer ver cometidos, para atender a seus objetivos políticos, que estão cada dia mais claros. A democracia exige o cumprimento da lei. Sou absolutamente contra invasões de propriedades privadas e critérios injustos de desapropriação e de pagamento dos proprietários. Hoje são terras, amanhã serão nossas casas, as indústrias, estabelecimentos comerciais e assim por diante. E a sociedade brasileira deseja a paz social, única forma de se buscar a justiça e o desenvolvimento sustentado. Invadir propriedades é de um atraso sem tamanho, até porque tem como objetivo a implantação de um sistema político já extinto no mundo, dada sua total incompatibilidade com a liberdade, maior patrimônio que tem o ser humano. Ou seja, é momento, sim, de botar muita água nessa fogueira, mas água mesmo. Aí entendo que não se deve apagar fogo com fogo.

■ *Quais são as propostas conseqüentes com relação a esse tema? Quais suas condicionantes e resultantes?*

— Temos que compatibilizar soluções para erradicar a miséria, gerando empregos no campo e nas cidades, com uma atividade agrícola eficiente, que aplique tecnologia e ao mesmo tempo se utilize de mão-de-obra, caso contrário esse objetivo não será atingido. Certamente não se faz isso com medidas de curto prazo, de caráter imediatista. A implantação de política agrícola que proteja o pequeno produtor evita ao menos que a situação se agrave. Aposto que nos últimos anos houve mais produtores que quebraram e tiveram que vender as terras para pagar juros absurdos que o número de assentados pelo programa de reforma agrária. E quem quebrou produzia a partir de investimentos próprios, com grandes riscos e sem custos para o contribuinte. Acho que a solução para a reforma agrária passa pela despolitização do tema, pelo cooperativismo que tem condições de atender a núcleos de assentamento com assistência técnica compatível, e pela fragmentação dos assentamentos, que teriam como objetivo a produção agrícola sustentada integrada à comunidade agrícola das regiões escolhidas. As invasões devem ser consideradas crime, como de fato são. Terras improdutivas devem ser fortemente taxadas para se inibir a especulação que age contra a produção e contra os interesses da nação.

■ *Os preços do café estão bons, mas o Brasil deve colher uma grande safra em 98. Os preços vão cair? Até quanto?*

— Tudo depende da política cafeeira que empreendermos. Acho que temos condições de liberar financiamentos que proporcionem uma boa administração do fluxo da safra, que sem dúvida será uma safra maior. Essa safra entra num momento em que os estoques mundiais estão baixos em todos os níveis e qualidades. Considerando ainda que a safra brasileira de 99 será de ciclo baixo, temos todas as condições de proporcionar uma política interna capaz de sustentar preços entre US$150,00 e US$160,00, que são altamente desejáveis por todos. Apesar dos bons preços dos últimos anos, a produção mundial não está crescendo, colocando o crescimento do mercado em risco. O produtor brasileiro é o único que está investindo no aumento da produção e isso é muito bom, embora não devamos exagerar. Esse nível de preços viabiliza a produção e algum investimento, sendo portanto salutar para todos, produtores e consumidores.

■ *Quais seriam os instrumentos adequados para se alcançar uma melhor estabilidade de renda na cafeicultura?*

— A administração do fluxo das safras é a única forma que não interfere prejudicialmente no mercado, e que não prejudica o crescimento de nossa participação nesse mercado. Para isso é preciso administrar bem os estoques governamentais e financiar o carrego de eventuais excedentes. Não considero preços de garantia um bom instrumento, nem sou favorável a novas compras de café pelo governo. Essas medidas trazem distorções e disfunções bastante prejudiciais ao setor no longo prazo, embora possam ser defensáveis em algum momento em especial. Estaríamos retrocedendo desnecessariamente.

■ *O que deve ser aperfeiçoado no CDPC?*

— A criação do CDPC foi fundamental para recuperarmos nossa capacidade de gestão da política cafeeira. O primeiro ano de atuação foi muito bom, mas o poder de decisão ficou muito limitado. Temos sido um Conselho mais consultivo que deliberativo, e isso se deve principalmente ao nível hierárquico em que se está colocado. Formamos um bom grupo, sem dúvida, mas é comum que interesses conflitantes de determinados ministérios interfiram nas decisões.

A força de cada ministério não é também proporcional à participação no Conselho, o que os torna evidentemente um voto mais qualificado. As-

Houve mais produtores *que quebraram e venderam terras para pagar juros absurdos que o número de assentados pela reforma agrária. E quem quebrou produzia a partir de investimentos próprios, com grandes riscos e sem custos para o contribuinte.*

sim, muitas decisões têm que ser negociadas nessa esfera, o que não sei dizer se é possível mudar. Na verdade creio que não. Acho que o governo deve governar, e que seu poder não é transferível à iniciativa privada como gostaríamos que fosse. O importante é que as questões sejam discutidas entre todos da iniciativa privada e do governo e que as decisões sejam tomadas tendo como base essa discussão. O poder político do CDPC deve ser efetivamente conquistado para que as decisões certas sejam tomadas. Não será por decreto que isso vai mudar.

▪ *O modelo CDPC pode ser estendido a outros segmentos?*
— Sim, seria desejável. Mas isso exige que esses outros segmentos estejam bem organizados, como a cafeicultura.

▪ *O senhor está vivendo uma experiência muito rica; fazendo a travessia entre o respeitado líder setorial agrícola e o deputado federal comprometido com os interesses do campo brasileiro. Como é essa experiência?*
— É uma experiência muito rica. Sei que vou sair melhor do que estou entrando, qualquer que seja o resultado das urnas, apesar dos riscos envolvidos. Porque vou aprender muito. A candidatura não é uma pretensão pessoal, é um projeto importante da agricultura. Vamos lançar vários candidatos realmente identificados com o campo em vários estados da Federação, o que significa que não vou estar só nesta luta. Tenho companheiros comigo. Acho que a agricultura tem condições, direito e obrigação de representar bem a sociedade brasileira no Congresso Nacional. Quando as cooperativas paulistas de café resolveram me indicar como candidato, aceitei porque entendo que é no Congresso que as coisas realmente se resolvem. Como representante de classe, verifiquei que nosso poder é muito limitado. Vi também que bons representantes de classe podem ser bons políticos. O importante é que estejam realmente representando setores com interesses coincidentes com os da nação. Sou candidato para servir à agricultura, ao país. É isso que me faz enfrentar o desafio. Há riscos, a política é diferente do convívio classista. A disputa é dura e esse campo de luta ainda não conheço bem. Mas vou enfrentar as dificuldades acompanhado de gente que sabe que esse é um bom combate e que não costuma deixar os amigos para trás, "na chapada", como se diz. Há quem diga que o trabalho dos representantes da classe não é reconhecido, mas não é o que eu estou vendo. O problema da classe é conhecer esse trabalho. Quando o produtor sabe o que está sendo feito por ele, reconhece. Somos um setor que sabe se unir sim. A cafeicultura é um dos setores agrícolas mais organizados a partir da base. Tenho tido surpresas muito agradáveis a esse respeito.

▪ *Os empresários agrícolas estão entendendo a importância da representação política. Quais serão suas prioridades no Congresso Nacional?*
— Estamos todos mais conscientes da importância da boa representação política. E essa consciência está sendo de toda a cadeia do agribusiness brasileiro, que pela primeira vez procura agir de forma coordenada. No café, o trabalho conjunto da cadeia produtiva é notório, e vem de muito antes do CDPC, quando criamos o CBC (Comitê Brasileiro do Café, entidade que congrega os presidentes das entidades representativas dos setores da economia cafeeira). Temos hoje o Fórum Nacional da Agricultura, criado pelo presidente Fernando Henrique e presidido por Roberto Rodrigues – um exemplo de liderança para todos nós – onde sentam todos os representantes dos empresários diretamente ligados ao setor agrícola. Meus objetivos no Congresso Nacional serão os definidos pelo Fórum, que tem em vista os altos interesses na nação nesse setor. Por isso estamos lançando, com o apoio desse grupo, três ou quatro candidatos em São Paulo. Esses candidatos têm real comprometimento com a agricultura, o que fica claramente demonstrado pela ação diária de cada um, pelo esforço desenvolvido pela união da classe, pela busca de políticas setoriais compatíveis com nossos objetivos de obter maior competitividade, gerar mais empregos e divisas, enfim, de que a agricultura consiga cumprir seus mais altos e dignos objetivos para com a sociedade brasileira.

Além das questões agrícolas, e da cafeicultura em particular, vou atuar em linha com meu partido, o PSDB, nas grandes questões nacionais. A social-democracia tem o necessário equilíbrio entre os objetivos econômicos e sociais que um bom governo deve ter. Temos um projeto de desenvolvimento para a nação que vem sendo satisfatoriamente cumprido. É na social-democracia que a agricultura recebe maior reconhecimento da sociedade e maior apoio do governo. Estou muito satisfeito com a coerência entre meus objetivos, os de meu partido e os do grupo que me apóia. Isso é o mais importante, pois me dá mais força para atuar em política, um setor que infelizmente não é muito bem-visto pela sociedade. Quero desfrutar como político do mesmo respeito que desfruto como representante de um dos mais importantes setores de nossa economia.

▪ *Dá para ganhar?*
— Claro que dá. Nesse combate estou bem acompanhado. Tenho amigos por toda parte e muitos estão se manifestando positivamente, de forma espontânea. Nos últimos anos atuei diretamente na cafeicultura, na pecuária e no setor de açúcar e álcool, do qual sou consultor há mais de 20. Sempre encarei com muita responsabilidade minha formação profissional e acadêmica, e na defesa da classe marquei posições importantes. Acho que não vai ser difícil converter isso em votos, já que vou contar com o apoio de grandes amigos. Sempre trabalhei pela classe sem qualquer interesse pessoal, e vou continuar assim. Espero que as sementes que plantei ao longo da vida brotem para continuar com maior profundidade o que já faço há 11 anos. Tenho confiança de que o trabalho do grupo que me apóia será reconhecido. Estou muito otimista, embora reconheça que a política exige mais que o puro trabalho por um setor. Temos já fortes contatos em 75 municípios, todos eles de pessoas que têm o mesmo ideal, que não são movidas apenas por composições políticas. Para mim isso é certeza de realização, qualquer que seja o resultado das urnas.